



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE
E EXPEÇA-SE

18, OUT, 2007
Fernando Samaran

Requerimento nº 69 /X-3ª - AC

18.10.2007

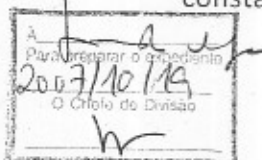
Assunto: Dados necessários para se poder avaliar a Proposta de Lei do Orçamento de 2008 – Ministério das Finanças e da Administração Pública

Apresentado por: Deputado Eugénio Rosa, PCP

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia da República,

Para poder fazer uma avaliação fundamentada da Proposta de Lei de Orçamento de 2008 e das medidas nela contida, na alínea d) do Artigo 156º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação do artigo 229º do Regimento da Assembleia da República, solicito ao Ministério das Finanças e da Administração Pública, os seguintes dados:

1. Qual a taxa efectiva média de IRC paga pela banca e pelas empresas de Seguros em 2006 e em 2007 relativa aos resultados obtidos nos anos anteriores;
2. No caso da actualização nos escalões de IRS ser de 3% em 2008, qual seria a redução na receita fiscal;
3. Qual o aumento de receita fiscal que o Estado obterá com redução da dedução sobre os rendimentos da categoria H de 6100 euros para 6000 euros;
4. Qual a despesa fiscal em 2006 e 2007 resultante da aplicação do artº 46 do Código do IRC e do artº 39-A do Estatuto dos Benefícios Fiscais
5. O que foi feito e que resultados foram obtidos em relação ao planeamento fiscal agressivo;
6. Quais as causas que determinaram que a despesa fiscal relativa à Zona Franca da Madeira tenha tido um grande desvio em 2007 relativamente à previsão constante do OE2007 (em relação ao ano de 2007, o desvio entre a previsão





PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

constante do Relatório do OE2007 e do OE2008 é de mais 786 milhões de euros, ou seja, mais 78,6%) devendo alcançar 1790 milhões de euros em 2008 o que corresponde a cerca de 62% da receita total perdida pelo Estado devido aos benefícios fiscais concedidos;

7. Os valores referentes a 2006 relativos a IRS repartidos por categorias de rendimento: matéria declarada, matéria sujeita a imposto e imposto cobrado;
8. O valor da receita do IVA de 2006, se não for possível em relação a 2007 repartido pelas diferentes taxas de IVA;
9. Qual era a dívida dos contribuintes no início de 2006 por tipo de impostos;
10. Qual o valor dos impostos que prescreveram ou detectada a sua prescrição durante o ano de 2007;
11. Qual o valor da dívida efectivamente cobrada em 2005, 2006 e 2007 e a prevista para 2008;
12. Qual era o número de inspectores tributários em 2005, 2006 e 2007 e qual a previsão para 2008
13. A execução efectiva do PIDDAC total por programas e por fontes de financiamento relativa aos anos de 2005, 2006 e 2007.
14. Qual a parcela da dotação provisional que será afectada às despesas com pessoal em 2008.

Finalmente agradecia uma resposta a todas estas questões antes do debate do OE2008 na generalidade que terá lugar no dia 6 de Novembro p.f.

Eugénio Rosa
Deputado